



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**CARIRA DA COMARCA DE CARIRA**  
**Av. Aroaldo Chagas, Bairro Centro, Carira/SE, CEP 49550000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 202065001120	Distribuição: 15/05/2020
Número Único: 0001104-20.2020.8.25.0013	Competência: Carira
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível	Fase: PARA SENTENÇA
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo - Seguro
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Material - Acidente de Trânsito

**Dados das Partes**

Autor: EDNALDO NUNES DE ANDRADE  
Endereço: RUA JUAREZ DE LIMA OLIVEIRA  
Complemento:  
Bairro: CENTRO  
Cidade: CARIRA - Estado: SE - CEP: 4955000  
Advogado(a): HOSEARA BARRETO DE ANDRADE 6099/SE  
Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT  
Endereço: RUA DA ASSEMBLEIA  
Complemento: 26 ANDAR  
Bairro: CENTRO  
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20011904  
Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**CARIRA DA COMARCA DE CARIRA**  
**Av. Aroaldo Chagas, Bairro Centro, Carira/SE, CEP 49550000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CARIRA DA COMARCA DE CARIRA  
Av. Aroaldo Chagas, Bairro Centro, Carira/SE, CEP 49550000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202065001120

**DATA:**

19/03/2021

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Recurso Inominado realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE CARIRA/SE

Processo n. 00011042020208250013

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDNALDO NUNES DE ANDRADE**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CARIRA, 15 de março de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**

**PROCESSO ORIGINÁRIO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE CARIRA / SE**

**Processo n.º 00011042020208250013**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: EDNALDO NUNES DE ANDRADE**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLENDIA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

**BREVE RELATO DOS FATOS**

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 08/12/2014.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

**5. DISPOSITIVO**

Ante as razões expostas, **JULGO PROCEDENTE** o pedido postulado na exordial extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do Art. 3º da Lei nº 6.194/74 c/c Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, condenando a requerida SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT a pagar, em favor do requerente a quantia de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), com incidência de correção monetária, pelo INPC, a partir da citação (consoante súmula 426 do STJ), e juros de mora, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação válida.

*Data vênia*, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

### **PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO – SÚMULA 405 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Ressalta-se que o prazo prescricional para ajuizamento da presente ação é de três anos, segundo preceitua **artigo 206, § 3º, IX, do Código Civil<sup>1</sup>**, sendo este prazo ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça desde 2009 através da **Súmula 405<sup>2</sup>**.

Deste modo, verificou-se a ocorrência da prescrição da pretensão no caso em tela, considerando o sinistro ter acontecido em **09/12/2014**, sendo a presente ação distribuída somente em **15/05/2020**.

**Isso se deve ao fato de que foi efetuado pedido administrativo no dia 03/11/2015:**

**Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 2015**

**Carta nº: 8164235**

**A/C: EDNALDO NUNES DE ANDRADE**

**Sinistro: 3150960742**  
**Vítima: EDNALDO NUNES DE ANDRADE**  
**Data Acidente: 08/12/2014**  
**Natureza: DAMS**  
**Procurador:**

**Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

**Prezado(a) Senhor(a),**

Recebemos em **03/11/2015** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **08/12/2014**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

**E a negativa se deu em 14/05/2016:**

---

**Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2016**

**Carta nº 9084173**

**a/c: EDNALDO NUNES DE ANDRADE**

**Sinistro: 3150960742 ASL-0531343/15**  
**Vítima: EDNALDO NUNES DE ANDRADE**  
**Data Acidente: 08/12/2014**  
**Natureza: DAMS**  
**Procurador:**

**Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL**

---

1 Art. 206 § 3º (três) IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso do seguro de responsabilidade civil obrigatório

<sup>2</sup> Súmula 405 STJ: "A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos"

Prescreve:  
anos:

**Assim, mesmo considerando a suspensão do prazo por 6 meses e 11 dias, a prescrição se operou na data de 20/06/2018, mas a propositura da ação só ocorreu em 15/05/2020.**

Pelo exposto, a apelante requer seja reformada a r. sentença **extinguindo o feito com resolução do mérito**, com fulcro no **art. 487, inciso II do Código de Processo Civil c/c 206, § 3º, inciso IX do Código Civil**, por **absolutamente prescrita** a pretensão autoral.

### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012<sup>3</sup>.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

---

<sup>3</sup>Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74<sup>4</sup>, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil<sup>5</sup>.

Trazemos a colação o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da apelação cível Nº 1.658.910-1, no qual a Câmara entendeu concordou com o i. Relator o qual ressaltou a importância dos princípios de celeridade e economia processual, no sentido de que não faz sentido a Lei prever o direito de regresso à Seguradora quando a ocorrência de proprietário inadimplente e condena-la a realizar o pagamento do seguro, vejamos trecho do julgado:

“Tal entendimento também já tinha sido exposto, mesmo que indiretamente, na Lei 8.441/92, que alterou a Lei 6.194/74, passando a prever o direito de regresso da seguradora em face do proprietário inadimplente em seu art. 7º, §1º, [...]”

Ora, se a seguradora possui direito de regresso dos valores despendidos com a vítima em face do proprietário inadimplente, por decorrência lógica, quando o proprietário inadimplente também figurar como vítima, não há o que se falar em indenização, **caso contrário este seria credor e devedor da mesma obrigação, configurando o instituto da confusão, devendo a obrigação ser extinta, nos termos do art. 381, CC.**

**Também não há como defender a tese de que a indenização é devida pois caput do artigo obriga o pagamento, enquanto seu parágrafo primeiro faculta o direito de regresso, haja vista os princípios de celeridade e economia processual, que visam a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais, não**

<sup>4</sup> Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

<sup>5</sup> Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.



sendo razoável condenar alguém em face de outra pessoa, a qual detenha o direito de regresso.

[...]

Diante do exposto, dou provimento ao apelo, para reformar a sentença e julgar improcedente a lide, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa.

ACORDAM os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Nesta esteira trazemos os seguintes arrestos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO – VÍTIMA QUE É A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO – INADIMPLÊNCIA VERIFICADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES ACERCA DA MATÉRIA – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0018643-27.2016.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Juiz Alexandre Barbosa Fabiani - J. 06.09.2018)

Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Dever de indenizar. Vítima proprietária do veículo. Inadimplência do prêmio do seguro obrigatório à época do sinistro. Indenização indevida. Inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. Instituto da confusão configurado. Inteligência do art. 381 do Código Civil. Extinção da obrigação. Ônus de sucumbência. Readequação. Recurso provido.

1. Art. 17. §2º Resolução SUSEP 332/2015: “Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com o prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.”

2. Art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

3. Com o provimento do recurso de apelação em relação ao mérito, deve ser readequado o ônus de sucumbência.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0004500-96.2017.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - J. 08.11.2018)

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso, para:

Seja reconhecida a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT e a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CARIRA, 15 de março de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na **2592 - OAB/SE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **EDNALDO NUNES DE ANDRADE**, em curso perante a **ÚNICO JEC** da comarca de **CARIRA**, nos autos do Processo nº 00011042020208250013.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



**Instruções:**

1. Use impressora jato de tinta ou laser em qualidade normal ou alta. Não use modo econômico.
2. Utilize papel A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) e margens mínimas à esquerda e à direita.
3. Corte na linha indicada. Não rasure ou dobre a região onde se encontra o código de barras.


**Banese** | 047-7 |
**RECIBO DO PAGADOR**

Local de Pagamento: <b>PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO</b>					Vencimento : <b>06/04/2021</b>
Beneficiário <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE</b> CNPJ: 13.166.970/0001-03 END.: Praça Fausto Cardoso, 112 Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-080					Agência / Cod. Beneficiário <b>034 / 244001582</b>
Data do documento: <b>17/03/2021</b>	No. do documento <b>10405178</b>	Espécie doc. <b>99</b>	Aceite <b>S</b>	Data Processamento : <b>17/03/2021</b>	Nosso Número <b>104051781</b>
Uso do Banco	Carteira <b>CS</b>	Moeda <b>R\$</b>	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento <b>492,29</b>
Se o pagamento for no BANESE a sua liberação será em 24 horas. Se for em outros Bancos, a liberação poderá demorar até 72 horas. Número da Guia: <b>202111000310</b> Nome da Comarca: <b>Carira</b> Número do Processo: <b>202065001120</b> Valor da Causa (R\$): <b>2.700,00</b> Valor Custas (R\$): <b>247,76</b> Valor da Taxa Judiciária (R\$): <b>40,50</b> Valor do Preparo (R\$): <b>182,17</b> Valor da Taxa de Distribuição (R\$): <b>21,86</b> Valor das Custas dos Oficiais(R\$): <b>0,00</b> Tipo: <b>Recolh. Juizado</b>					
PAGADOR: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A CNPJ: 09248608000104 Autenticação Mecânica RUA SENADOR DANTAS, Nº 74, 5º ANDAR CENTRO RIO DE JANEIRO RJ 20031205 SACADOR/AVALISTA:					

Via - Parte


**Banese** | 047-7 |
**RECIBO DO CEDENTE**

Local de Pagamento: <b>PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO</b>					Vencimento : <b>06/04/2021</b>
Beneficiário <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE</b> CNPJ: 13.166.970/0001-03 END.: Praça Fausto Cardoso, 112 Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-080					Agência / Cod. Beneficiário <b>034 / 244001582</b>
Data do documento: <b>17/03/2021</b>	No. do documento <b>10405178</b>	Espécie doc. <b>99</b>	Aceite <b>S</b>	Data Processamento : <b>17/03/2021</b>	Nosso Número <b>104051781</b>
Uso do Banco	Carteira <b>CS</b>	Moeda <b>R\$</b>	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento <b>492,29</b>
Número da Guia: <b>202111000310</b> Nome da Comarca: <b>Carira</b> Número do Processo: <b>202065001120</b> Valor da Causa (R\$): <b>2.700,00</b> Valor Custas (R\$): <b>247,76</b> Valor da Taxa Judiciária (R\$): <b>40,50</b> Valor do Preparo (R\$): <b>182,17</b> Valor da Taxa de Distribuição (R\$): <b>21,86</b> Valor das Custas dos Oficiais(R\$): <b>0,00</b> Tipo: <b>Recolh. Juizado</b>					
PAGADOR: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A CNPJ: 09248608000104 Autenticação Mecânica RUA SENADOR DANTAS, Nº 74, 5º ANDAR CENTRO RIO DE JANEIRO RJ 20031205 SACADOR/AVALISTA:					

Via - Cartório


**Banese** | 047-7 |

04793.42446 00158.210401 51781.047488 2 85820000049229

Local de Pagamento: <b>PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO</b>					Vencimento : <b>06/04/2021</b>
Beneficiário <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE</b> CNPJ: 13.166.970/0001-03 END.: Praça Fausto Cardoso, 112 Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-080					Agência / Cod. Beneficiário <b>034 / 244001582</b>
Data do documento: <b>17/03/2021</b>	No. do documento <b>10405178</b>	Espécie doc. <b>99</b>	Aceite <b>S</b>	Data Processamento : <b>17/03/2021</b>	Nosso Número <b>104051781</b>
Uso do Banco	Carteira <b>CS</b>	Moeda <b>R\$</b>	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento <b>492,29</b>
<b>Instruções</b> Número da Guia: <b>202111000310</b> Nome da Comarca: <b>Carira</b> Número do Processo: <b>202065001120</b> Valor da Causa (R\$): <b>2.700,00</b> Valor Custas (R\$): <b>247,76</b> Valor da Taxa Judiciária (R\$): <b>40,50</b> Valor do Preparo (R\$): <b>182,17</b> Valor da Taxa de Distribuição (R\$): <b>21,86</b> Valor das Custas dos Oficiais(R\$): <b>0,00</b> Tipo: <b>Recolh. Juizado</b> <b>Não receber após vencimento</b>					(-) Descontos/ Abatimento (-) Outras Deduções (+) Mora/ Multa (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
PAGADOR: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A CNPJ: 09248608000104 Autenticação Mecânica RUA SENADOR DANTAS, Nº 74, 5º ANDAR CENTRO RIO DE JANEIRO RJ 20031205 SACADOR/AVALISTA:					

Via - Banco



Imprimir



## Comprovante de Transação Bancária

Boleto de Cobrança

Data da operação: 19/03/2021

Nº de controle: 079.025.413.094.714.101 | Documento: 0000002

Conta de débito: **Agência: 7101 | Conta: 0328950-8 | Tipo: Conta-Corrente**

Empresa: **JOAO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS | CNPJ: 007.779.698/0001-34**

Código de barras: **04793 42446 00158 210401 51781 047488 2 85820000049229**

Banco destinatário: **047 - BANCO DO EST. DE SERGIPE S.A.**

Razao Social **SERGIPE JUSTICA ESTADUAL DE SEGUNDA INST**  
Beneficiário:

Nome Fantasia **TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SE**  
Beneficiário:

CPF/CNPJ Beneficiário: **013.166.970/0001-03**

Razao Social Sacador **Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**  
Avalista:

CPF/CNPJ Sacador **013.166.970/0001-03**  
Avalista:

Instituição Recebedora: **237 - BANCO BRADESCO S.A.**

Nome do Pagador: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/**

CPF/CNPJ do Pagador: **009.248.608/0001-04**

Data de débito: **19/03/2021**

Data de vencimento: **06/04/2021**

Valor **R\$ 492.29**

Desconto: **R\$ 0.00**

Abatimento: **R\$ 0.00**

Bonificação: **R\$ 0.00**

Multa: **R\$ 0.00**

Juros: **R\$ 0.00**

Valor total: **R\$ 492.29**

Descrição: **2758257\_CUSTAS\_RECURSO\_INOMINADO**

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco NET EMPRESA

## Autenticação

Cd5BGykg XlAsP5yC qxpquc76 LBcDtI?F ISHQ\*283 ewQBj7EB 5szuX@qK 97ASY2Z@  
tVKael7Y IDyvr9RZ DODI2rLD Dtj9yLK# n47ypwSb iD5IX3Av bJjCaoIX URttMmzp  
BZ@r5lGQ sgVDN@YK kjJ@RcRW hnJF2BW3 NY@8zBF3 L9sSJAMO 29270291 00602091

**SAC - Serviço de  
Apoio ao Cliente**

Alô Bradesco  
**0800 704 8383**

Deficiente Auditivo ou de Fala  
**0800 722 0099**

Cancelamentos, Reclamações e  
Informações.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.

Demais telefones  
consulte o site  
Fale Conosco.

**Ouvidoria** **0800 727 9933** Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.